



MULHERES POUCO REPRESENTADAS NAS ESFERAS DE DECISÃO NA GUINÉ-BISSAU

20 abr2015



15 de Abril de 2015 - As mulheres guineenses continuam a enfrentar muitos obstáculos no caminho para a igualdade de género na Guiné-Bissau. Apesar de serem mais de metade da população do país, e embora nas últimas eleições se tenha verificado um ligeiro aumento de mulheres eleitas para cargos políticos as mulheres continuam a estar pouco representadas nas esferas de tomada de decisão, na Guiné-Bissau.

Esta situação pode mudar se a proposta de lei para impor uma quota de 40 por cento de mulheres em órgãos de decisão, que consta nos 16 pontos da declaração de Canchungo, for aprovada pela Assembleia Nacional Popular. As quotas contribuem para aumentar a presença feminina no alto escalão do poder executivo.

O sistema das Nações Unidas tem vindo a apoiar tecnicamente e financeiramente o governo, a Assembleia nacional Popular e as organizações femininas na elaboração de pacotes de lei que protegem as mulheres.

"Nos últimos quatro anos o Gabinete integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), apostou muito na capacitação das organizações femininas, no sentido de as apetrechar com conhecimentos sobre os direitos humanos das mulheres para enfrentar os futuros desafios", disse a oficial de Género, Caterina Gomes Veigas.



Nos sectores da defesa e segurança a igualdade do género está longe de ser uma realidade. Existe pouca representação feminina nos lugares chave ou com altas patentes. Por exemplo na polícia, só existem quatro coronéis mulheres e nas forças armadas existem apenas duas coronéis, pelo que ainda há um longo caminho a percorrer.

"A questão de igualdade entre homens e mulheres tem muito a ver com os aspectos socioculturais da nossa sociedade, porque não é fácil a nossa sociedade reconhecer que as mulheres podem ocupar lugares de tomada de decisão, por exemplo nas diferentes culturas do nosso país, nunca vais ver uma mulher régulo, sempre nos lugares de tomada de decisão são homens que ali estão", disse a juíza do Tribunal Regional Militar, Melisiana Rodrigues Diasso.

O Ministério da Mulher, Família e Coesão Social define como uma das prioridades do seu ministério, a implementação da política para igualdade de género e a capacitação das mulheres nos próximos cinco anos. "Queremos elevar a situação das mulheres, promovendo acções de formações às organizações femininas, porque só com formação é que as mulheres poderão vir a ocupar lugares de tomada de decisão", afirmou a ministra da mulher, Família e Coesão Social, Bilony Nhama Nhasse.

A inexistência de um quadro legal que defenda a participação das mulheres na esfera política, económica e social contribui muito para a desigualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres, apesar de nos últimos anos haver uma certa melhoria da situação da mulher e evolução das leis a seu favor.